

### ANEXO 3. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PERTINENTES A GESTÃO DO PNMR

Legislação Federal	
Instrumento Legal	Ementa
<b>Proteção Ambiental e Controle da Poluição</b>	
Lei nº 6.938 de 31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. (Alterada pelas Leis nº 7.804/89; 8.028/90; 9.960/00; 10.165/00; 11.105/05 e 11.284/06)
Lei nº 9.605 de 12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Lei nº 10.257 de 10/07/2001 - Estatuto da cidade	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 1.413 de 14/08/1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Decreto nº 76.389 de 03/10/1975	Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial de que trata o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências.
Decreto nº 99.274 de 06/06/1990	Regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 3.938/81).
Instrução Normativa IBAMA nº 79 de 13/12/2005	Estabelece procedimentos para a aplicação da conversão de multa administrativa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
Decreto nº 6.514 de 22/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
<b>Flora</b>	
Lei nº 4.771 de 15/09/1965	Institui o novo Código Florestal. (Alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67/01 e pelas Leis nº 7.803/89, 9.985/00 e 11.284/06).
Lei nº 7.754 de 14/04/1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.
Lei nº 12.651 de 25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Decreto nº 58.054 de 23/03/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.
Decreto nº 2.661 de 30/07/1998	Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
Decreto nº 2.661 de 08/07/1998	Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
Decreto nº 5.975 de 30/11/2006	Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 6.514/08 e 3.420/00, e dá outras providências.

Resolução Conama nº 378 de 19/10/2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771/65 e dá outras providências.
Resolução nº 379 de 19/10/2006	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.
Portaria IBDF nº 231-P de 08/08/1988	Dispõe sobre autorização para o uso de fogo sob forma de queima controlada.
Portaria IBAMA nº 218 de 04/05/1989	Dispõe sobre a derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas de Mata Atlântica, e dá outras providências.
Portaria IBAMA nº 37-N de 03/04/1992	Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que se apresenta na Portaria.
Portaria MMA nº 103 de 05/04/2006	Dispõe sobre a implementação do Documento de Origem Florestal - DOF, e dá outras providências.
Portaria MMA nº 253 de 18/08/2006	Institui, a partir de 1º de setembro de 2006, no âmbito do Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Documento de Origem Florestal – DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.
Instrução Normativa IBDF nº 1 de 11/04/1980	Dispõe sobre a exploração de florestas e de outras formações arbóreas.
Instrução Normativa MMA nº 1 de 05/09/1996	Dispõe sobre a Reposição Florestal Obrigatória e o Plano Integrado Florestal.
Instrução Normativa IBAMA nº 30 de 31/12/2002	Disciplina o cálculo do volume geométrico das árvores em pé, através da equação de volume que especifica e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 112 IBAMA de 21/08/2006	Regulamenta o Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria/MMA/ nº.253, de 18 de agosto de 2006. (Alterada pela Instrução Normativa nº 134 IBAMA, de 22/11/2006).
Instrução Normativa MMA nº 06 de 15/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA nº 178 de 23/06/2008	Define as diretrizes e procedimentos, por parte do IBAMA, para apreciação e anuência relativas à emissão das autorizações de supressão de florestas e outras formas de vegetação nativa em área maior que dois mil hectares em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal e mil hectares em imóveis rurais localizados nas demais regiões do país.

## **Fauna**

Lei nº 5.197 de 03/02/1967	Código de Proteção à Fauna.
Decreto nº 24.645 de 10/07/1934	Estabelece medidas de proteção aos animais.
Decreto Legislativo nº 2 de 03/02/1994	Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, no período de 05 a 14/06/92.
Decreto nº 2.519 de 16/03/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica.
Decreto nº 4.339 de 22/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Instrução Normativa MMA nº 03 de 27/05/2003	Dispõe sobre as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção que especifica.
Instrução Normativa IBAMA nº 146 de 10/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.
Instrução Normativa IBAMA nº 179 de 5/06/2008	Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.
<b>Recursos Hídricos</b>	
Lei nº 9.433 de 08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Lei nº 9.984 de 17/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Decreto nº 24.643 de 10/07/1934	Decreta o Código de Águas.
Decreto nº 94.076 de 05/03/1987	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.
Resolução CNRH nº 12 de 19/07/2000	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.
Resolução CNRH nº 15 de 11/01/2001	Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Resolução CNRH nº 16 de 08/05/2001	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.
Resolução CNRH nº 17 de 29/05/2001	Estabelece que os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433/97, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução.
Resolução CNRH nº 48 de 21/03/2005	Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
Resolução CNRH nº 58 de 30/01/2006	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 274 de 29/11/2000	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.
Resoluções CONAMA 020/1986 e 274/2000	Qualidade da Água.
Resolução CONAMA nº 357 de 17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução ANA nº 317 de 26/08/2003	Institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos.
Portaria DPC nº 67 de 03/09/2004	Altera as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais brasileiras - NORMAM-11/DPC.
NORMAM-11	Normas da Autoridade Marítima para obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdicionais brasileiras.

Portaria Nº 36 de  
19/01/1990

Potabilidade das Águas.

#### **Clima**

Lei nº 12.187 de  
29/12/2009

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

Decreto 5.445 de  
12/5/2005

Promulga o Protocolo de Quioto.

#### **Zoneamento e Uso do Solo**

Lei nº 6.766 de  
19/12/1979

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. (Alterada pela Lei nº 10.932/04)

Lei nº 6.803 de  
02/07/1980

Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

Lei nº 10.257 de  
10/07/2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade.

Decreto-Lei nº 3.365  
de 21/06/1941

Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública.

Decreto nº 4.297 de  
10/07/2002

Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

Instrução Normativa  
IBAMA nº 74 de  
25/08/2005

Dispõe sobre ocupação de terras rurais de domínio público.

#### **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Lei nº 6.513 de  
20/12/1977

Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao Art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei.

Decreto-Lei nº 25 de  
30/11/1937

Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto Legislativo nº  
74 de 30/06/1977

Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Decreto nº 80.978 de  
12/12/1977

Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Decreto Legislativo nº 74, de 30/06/1977.

Decreto nº 86.176 de  
06/07/1981

Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, e dá outras providências.

#### **Educação Ambiental**

Lei nº 9.795 de  
27/04/1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto nº 4.281 de  
25/06/2002

Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

#### **Unidades de Conservação e Outros Espaços Territoriais Especialmente Protegidos**

Portaria (Federal) nº  
97/1998-N

Cria a RPPN Fazenda San Michele

Lei nº 9.985 de  
18/06/2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, inciso I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Decreto nº  
84.017/1979

Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

Decreto nº 91.304 de  
03/06/1985

Criação da APA Serra da Mantiqueira.

Decreto nº 87.561 de  
13/09/1982

Criação da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul.

Decreto nº 4.340 de 22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
Decreto nº 5.092, de 21/05/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
Decreto nº 5.758 de 13/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.
Decreto nº 6.686 de 10/12/2008	Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Resolução Conama nº 11 de 14/12/1988	Dispõe sobre as queimadas de manejo nas unidades de conservação.
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução CONAMA nº 369, de 28/03/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Resolução Conama nº 428 de 17/12/2010 (Revoga as Resoluções nº 10/1988, nº 11/1987, nº 12/1988, nº 13/1990; Altera as Resoluções nº 347/2004, e nº 378/2006)	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA nº 5 de 18/03/2002	Normatiza a utilização da imagem das unidades de conservação e a realização de filmagens, gravações e fotografias.
Portaria MMA nº 19 de 21/01/2005	Dispõe sobre a criação do Programa de Voluntariado em unidades de conservação.
Portaria MMA nº 09 de 23/01/2007	Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona.

#### **Fundiário**

Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941	Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública.
---	--

#### **Legislação Estadual**

<b>Instrumento Legal</b>	<b>Ementa</b>
<b>Proteção Ambiental e Controle da Poluição</b>	
Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
Lei número 997 e Decreto número 8.468, que a regulamenta, ambos de 1976	Regulamentam as ações de controle ambiental e padrões, licenças para as novas indústrias, bem como para aquelas já estabelecidas, e as sanções para ações corretivas.
Lei Estadual nº 7.750 de 31/03/1992	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.

Lei Estadual Nº 9.509/97, de 20 de março de 1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação
Lei Nº 9.509, de 20/03/1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação
Resolução conjunta SSP/SMA n. 3, de 11 de agosto de 1997	Estabelece cooperação mútua visando coibir infrações contra o meio ambiente no Estado de São Paulo.
Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas
Decreto nº 8.468 de 08/09/1976	Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente e aprova o Regulamento da Lei nº 997 de 31/05/1976.
Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
Decreto Estadual 41.261, de 31 de outubro de 1996	Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente a celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento ambientais.
Decreto Estadual nº 47.397, de 4 de dezembro de 2002	Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
Decreto Estadual nº 48.919, de 02 de setembro de 2004	Dá nova redação ao artigo 11 do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
Decreto nº 54.487, de 26 de junho de 2009	Altera a redação e inclui dispositivos e anexos no Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente e dá outras providências.
Resolução SMA 5 - de 07 de janeiro de 1997	Institui o compromisso de ajustamento de conduta ambiental, com força de título executivo extrajudicial, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, e dá providências correlatas.
Resolução SMA 11/98	Dispõe sobre realização de reunião técnica informativa, aberta à participação do público, no procedimento para a análise do relatório ambiental preliminar e demais estudos de impacto ambiental, conforme disposto na Resolução SMA 42, de 29.12.94.
Resolução SMA Nº 54, de 30/11/2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA Nº 03, de 09.01.2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.

Resolução SMA - 49, de 28-9-2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA Nº 05, de 07/02/2007	Dispõe sobre procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental de linhas de transmissão de energia e respectivas subestações, no território do Estado de São Paulo.
Resolução SMA Nº 17, de 23/03/2010	Estabelece os parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental, para o exercício de 2010, no âmbito do Projeto Município VerdeAzul, e dá providências correlatas.
<b>Fauna</b>	
Decreto nº 56.031, de 20 de julho de 2010	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobreexplotadas, Ameaçadas de Sobreexploração e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Decreto nº 53.494, de 2 de outubro de 2008	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobreexplotadas, Ameaçadas de Sobreexploração e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005	Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.
Lei Estadual n.º 11.221, de 24 de julho de 2002	Dispõe sobre a pesca em águas superficiais de domínio do Estado e dá outras providências.
Lei Estadual n.º 11.165, de 27 de junho de 2002	Institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado.
Resolução SMA 83, de 02-12-98	Altera a resolução SMA 28, de 10 de dezembro de 1990, complementando-a, acrescentando-se enquadramentos e tabela de valores para os Autos de Infração Ambiental referentes às atividades pesqueiras; construção, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo.
Resolução SMA - 27, de 13-6-2006	Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo.
Resolução SMA Nº 73 de 03/10/2008	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica, no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Resolução SMA Nº 70, de 30/09/2009	Modifica a Resolução SMA-055, de 11 de agosto de 2009, que alterou a denominação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde para Projeto Ambiental Estratégico Município VerdeAzul, estabeleceu os parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental no exercício de 2009, e deu providências correlatas.
Resolução SMA Nº 28, DE 30/03/2010	Dispõe sobre a criação do Sistema de Informações de Recuperação de Áreas Mineradas - SIRAM e sobre a ampliação de trabalhos de revegetação como medida mitigadora dos impactos ambientais causados por empreendimentos de mineração no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Resolução SMA Nº 32, de 11/05/2010	Dispõe sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.
Resolução SMA Nº 50, de 08/06/2010	Altera procedimentos para o licenciamento das atividades que especifica e dá outras providências.
Resolução SMA Nº 56, de 10/06/2010	Altera procedimentos para o licenciamento das atividades que especifica e dá outras providências.
Resolução SMA Nº 36 de 18/07/2011	Estabelece os parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental, para o exercício de 2011, no âmbito do Programa Município VerdeAzul, e dá providências correlatas.

<b>Flora</b>	
Decreto nº 52.762, de 28 de fevereiro de 2008	Regulamenta a Lei nº 10.780, de 9 de março de 2001, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto estadual nº 49.723, de 24 de junho de 2005	Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto estadual nº 45.869, de 22 de junho de 2001	Regulamenta, no que concerne à queima da palha da cana-de-açúcar, a Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000, que define procedimentos, proibições, estabelece regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais.
Decreto estadual nº 39.743 - de 23 de dezembro de 1994	Dá Nova Redação ao artigo 18 do Decreto nº 30.443, de 20 de setembro de 1989.
Decreto estadual nº 36.551, de 15 de março de 1993	Institui o Plano da Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e dá outras providências.
Lei nº 12.927, de 23 de abril de 2008	Dispõe sobre a recomposição de reserva legal, no âmbito do Estado de São Paulo.
Lei estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001	Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e da outras providências.
Lei estadual nº 10.547 - de 02 de maio de 2000	Define procedimentos, proibições, estabelece regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais, e dá outras providências correlatas.
Lei estadual nº 9.989, de 22 de maio de 1998	Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.
Resolução SMA 16 - de 21-6-94	Estabelece normas para exploração da palmeira Jussara ( <i>Euterpe edulis</i> ) no Estado de São Paulo.
Resolução conjunta SMA/IBAMA nº 02, de 12-05-1994	Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica no Estado de São Paulo.
Resolução SMA Nº 42, de 29 de dezembro de 1994	Considera proposta do CONSEMA relativa à tramitação de Estudos de Impacto Ambiental.
Resolução conjunta SMA IBAMA/SP nº 001 de 17-02-1994	Orienta os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA nº 1, de 31 de janeiro de 1994	Orienta os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução conjunta SAA/SMA/SRHSO nº 004 de 11/11/94	Disciplina a forma e os requisitos para as autorizações para exploração das áreas de várzeas no estado de São Paulo.
Resolução conjunta SMA/SAA 03 - de 07-04-97	Disciplina o uso de fogo controlado como prática fitossanitária.
Resolução SMA nº 47 de 26 de novembro 2003	Altera e amplia a Resolução SMA 21, de 21/11/2001; Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
Resolução SMA - 48, DE 21-9-2004	Espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo.



Resolução SMA - 49, DE 23-11-2006	Institui o SIGMA - Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica e baixa diretrizes gerais para o seu pleno funcionamento e manutenção.
Resolução SMA Nº 18, de 11/04/2007	Disciplina procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
RESOLUÇÃO SMA - 8, de 7-3-2007	Altera e amplia as resoluções SMA 21 de 21-11-2001 e SMA 47 de 26-11-2003. Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
Resolução SMA-40 de 21 de setembro DE 2007.	Dispõe sobre a execução do Projeto Estratégico Desmatamento Zero e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº. 08 de 31 de janeiro de 2008	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.
Resolução SMA-14 de 13 de março de 2008.	Dispõe sobre os procedimentos para supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana.
Resolução SMA nº 44 de 30/06/2008	Define critérios e procedimentos para a implantação de Sistemas Agroflorestais.
Resolução SMA nº 15, de 14/03/2008	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para concessão de autorização para supressão de vegetação nativa considerando as áreas prioritárias para incremento da conectividade.
Resolução SMA nº 86, de 26/11/2009	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 39, de 19/05/2010	Define procedimentos específicos para instituição, compensação ou recomposição de reserva florestal, para fins de licenciamento ambiental, nos casos em que especifica.

#### **Clima**

Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009	Política Estadual de Mudanças Climáticas.
Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010	Regulamenta a Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

#### **Recursos Hídricos**

Lei nº 9.866 de 28/11/1997	Esta Lei dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.
Decreto nº 10.755/77	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores do território do Estado de São Paulo.
Lei nº 13.007, de 15 de maio de 2008	Institui o Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água.
Lei nº 12.546, de 30 de janeiro de 2007	Cria o CBH-Vivo - Programa de Apoio à Participação dos Representantes das Entidades da Sociedade Civil no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH.
Lei estadual nº 9.866, de 28 de novembro de 1997	Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências.
Lei estadual n. 9.034, de 27 de dezembro de 1994	Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei n. 7663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.

Lei estadual nº 1.172 de 17 de novembro de 1976	Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas.
Resolução conjunta SMA/SAA 04, de 07-04-1997	Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos projetos conservacionistas constantes do programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.
Resolução conjunta SMA/SAA 02 - de 07-04-1997	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental, em áreas de preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água.
Lei nº 9.433, de 08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Resolução SMA 82, de 2-12-98	Altera a Resolução SMA - 27, de 10 de dezembro de 1990, estabelecendo normas e procedimentos para a fiscalização das atividades pesqueiras; construção e ampliação funcionamento de estabelecimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo.
Resolução Conjunta SMA-SERHS nº1, de 23/02/2005	Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos
Resolução SMA nº 53, DE 08/06/2010	Estabelece os critérios de avaliação dos Planos de Metas e Programas, elaborados pelos Municípios, no âmbito do Pacto das Águas, para o período 2009-2011, e dá providências correlatas
Resolução SMA nº 61, DE 24/06/2010	Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D'água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais
Resolução SMA nº 123 DE 23/12/2010	Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D'água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, e revoga a Resolução SMA nº 61, de 24 de junho de 2010.

### **Uso e Ocupação do Solo**

Lei Estadual nº 4.056 de 04 de junho de 1984	Dispõe sobre a área mínima dos lotes no parcelamento do solo para fins urbanos.
Resolução CONAMA 1/86, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental..
Resolução SMA 26 - de 30 de agosto de 1993	Necessidade de disciplinar o licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 42, de 29 de dezembro de 1994	Considera proposta do CONSEMA relativa à tramitação de Estudos de Impacto Ambiental.
Resolução SMA nº. 26, DE 23/08/2005	Necessidade de regulamentar, no âmbito do Estado de São Paulo, o prazo de validade das certidões de uso e ocupação do solo e dos exames técnicos emitidos pelas Prefeituras Municipais para fins de licenciamento ambiental.
Resolução SAA - 18, de 11-7-2005	Estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas localizadas nas microbacias hidrográficas abrangidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.

Resolução SAA - 17, de 11-7-2005	Estabelece normas para a definição de Microbacias Hidrográficas a serem atendidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e para a concessão de subvenções econômicas e doação de sementes e mudas aos produtores rurais dessas microbacias hidrográficas, nos termos das disposições Transitórias da Lei n.º 8.421, de 23 de novembro de 1993, alteradas pela Lei nº 11.970, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências
Resolução conjunta SMA - SERHS - 1, de 23-2-2005	Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos.
Resolução SMA nº 22, de 15/04/2009	Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do SEAQUA e sobre a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes e dá outras providências.

#### **Unidades de Conservação e Outros Espaços Territoriais Especialmente Protegidos**

Resolução SMA nº 45, de 05 de junho de 2013	Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “Reserva dos Muriquis”, localizada no Município de São José dos Campos - Distrito de São Francisco Xavier/SP.
Resolução SMA nº 05 de 01 de fevereiro de 2011	Reconhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural “O Primata” localizada no município de São José dos Campos/SP.
Lei Estadual nº 10.111, de 04 de dezembro de 1998	Cria a Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira
Decreto Estadual nº 43.285, de 3 de julho de 1998	Cria a Área de Proteção Ambiental de Sapucaí-Mirim
Lei Estadual 11.262 de 08 de novembro de 2002	Cria a Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier.
Decreto nº 26.882, de 11/03/87 e Lei Estadual nº 7438 de 06/07/91	Cria a Área de Proteção Ambiental Piracicaba / Juquerí-Mirim ÁREA-II
Lei Estadual nº 11.262, de 08/11/02	Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado
Decreto nº 38.925 de julho de 1997	Cria a Área de Proteção Ambiental Fernão Dias
Decreto nº 53.146, de 20 de junho de 2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 49.672, de 6 de junho de 2005	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 49.566, de 25 de abril de 2005	Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.
Decreto Estadual nº 48.766, de 30 de junho de 2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, aprova modelo-padrão de Termo de Parceria e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 28.348- de 22 de abril de 1988	Dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 22717 <sup>(1)</sup> , de 21 de setembro de 1984.

Decreto Estadual nº 25.341 de 4 de junho de 1986	Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução SMA nº 68 de 20/09/2008	Estabelece regras para a coleta e utilização de sementes oriundas de Unidades de Conservação no Estado de São Paulo e dá outras providências.
Resolução SMA nº 61 de 03/09/2008	Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo de Ecoturismo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, suas atribuições e dá outras providências.
Resolução SMA nº 58, de 13/08/2009	Estabelece procedimentos de publicidade para emissão de licença, alvará e autorização de supressão de vegetação ou de intervenção em área especialmente protegida.
Resolução SMA nº 11, de 12/02/2010	Dispõe sobre a prévia anuência dos órgãos gestores de unidades de conservação nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a própria unidade de conservação ou sua zona de amortecimento, nos termos do § 3º, do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 29, de 30/03/2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 60.302, de 27 de março de 2014	Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá providências correlatas

### **Educação Ambiental**

Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
Resolução SMA nº 07, de 21/01/2010	Dispõe sobre o Programa “ECOatitude” da Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 39, de 12/09/2007	Institui o Conselho Científico da Pesquisa Ambiental e define diretrizes gerais para seu funcionamento.

### **Legislação Municipal**

<b>Instrumento Legal</b>	<b>Ementa</b>
<b>Zoneamento e uso do solo</b>	
Lei complementar nº 306, de 17/11/2006	Aprova e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI do Município de São José dos Campos para o próximo decênio e dá outras providências.
Lei Promulgada em 05 de abril de 1990	Lei Orgânica do Município de São José dos Campos
Lei complementar nº. 428/10 De 09 de agosto de 2010	Estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em São José dos Campos, e dá outras providências.
Lei complementar nº 018, de 28/12/1990 (Revogada pela Lei Complementar nº 165, de 15.12.1997)	Dispõe sobre atividades urbanas na Zona Rural.
Lei complementar nº 423, de 05/05/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação prévia da Prefeitura Municipal para a execução de qualquer tipo de atividade, serviço, obra, construção, cerca, muro,

gradil, tapume, muro de arrimo, garagem de embarcação, de máquinas ou equipamentos, terraplanagem, similares e congêneres a ser desenvolvida em Área de Preservação Permanente - APP de córregos, rios, lagoas, nascentes e áreas de várzea.

<b>Unidades de conservação e outros espaços territoriais especialmente protegidos</b>	
Lei Municipal nº 2.163, em 1979	Cria a Reserva Florestal Boa Vista - Reserva Ecológica Augusto Ruschi
Lei complementar nº 280, de 11/05/2004	Cria a Zona de Amortecimento da Reserva Florestal Augusto Ruschi - ZA-RFAR e dá outras providências.
Lei municipal nº 8.195, de 17/09/2010	Cria o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi - PNMAR, e dá outras providências.
Lei municipal nº 2.792, de 10/01/1984	Declara Área de Proteção Ambiental a Região do Banhado de São José dos Campos
Lei Municipal nº 3.721, de 25.01.1990	Revoga a Lei municipal nº 2.792, de 10/01/1984
Decreto nº 14.311 de 21 de outubro de 2010	Cria o conselho gestor do Parque Natural Municipal Augusto Ruschi
Lei municipal nº 4.212, de 24/06/1992	Declara Área de Proteção Ambiental - APA - trecho da Serra da Mantiqueira no Município de São José dos Campos.
Lei Municipal Nº 8.756/2012	Cria o Parque Natural Municipal do Banhado
<b>Gestão</b>	
Lei Municipal Nº 6.808, de 25/05/2005.	Cria a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Meio Ambiente, destinadas a planejar e executar, respectivamente, as políticas habitacional e do meio ambiente do Município, e dá outras providências.
Lei municipal nº 2.338, de 07/10/1980	Cria o Conselho de Proteção ao Patrimônio Histórico de São José dos Campos e dá outras providências.
Lei municipal nº 4.936, de 12/09/1996	Estabelece convenio com UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, visando a cooperação no levantamento, caracterização, mapeamento, elaboração de Plano de Manejo e recomposições paisagísticas das áreas livres e áreas verdes ou de preservação ambiental do Município de São José dos Campos
Lei municipal nº 2.773, de 06/12/1983 (Revogada pela Lei Municipal nº 3.656, de 10.11.1989)	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.
Lei municipal nº 3.021, de 27/09/1985	Dispõe sobre a criação de Elementos, Setores e Zonas de Preservação, institui o Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural e dá outras providências.
Lei municipal nº 3.660, de 10/11/1989	Dispõe sobre a criação da Assessoria de Meio Ambiente e dá outras providências.
Lei municipal nº 3.656, de 10/11/1989 (Revogada pela Lei Municipal nº 4.617, de 12.09.1994)	Reformula o Conselho Municipal de Meio Ambiente- COMAM e dá outras providências.
Lei municipal nº 4.243, de 13/07/1992 (Revogada pela Lei Municipal nº 4.617, de 12.09.1994)	Altera a Lei nº 3.656/89, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente, modificando a constituição da sua Câmara Social e estabelecendo a perda automática do mandato do membro que faltar, sem justificativa aceita pelo Conselho, a três reuniões consecutivas.
Lei municipal nº 4.618, de 12/09/1994	Dispõe sobre o Fundo Municipal de Conservação Ambiental e dá outras providências.
Lei municipal nº 4.617, de 12/09/1994	Reformula o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM e dá outras providências.
Lei municipal nº 4.957, de 23/10/1996	Inclui dispositivo na Lei nº 4.617/94, que reformula o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM.

Lei municipal nº 5.864, de 22/05/2001	Altera a redação da Lei nº 2.869, de 20 de setembro de 1984, que "dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos e dá outras providências".
Lei municipal nº 7.427, de 20/11/2007	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à Secretaria de Meio Ambiente, no valor estimado de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), destinado à criação e implantação de Parques Naturais Municipais, e dá outras providências.
Lei municipal nº 8.313, de 29/12/2010	Autoriza o Executivo Municipal a implantar placas informativas nas praças, parques e áreas verdes urbanizadas do Município e dá outras providências.

#### **Eventos e programas específicos**

Lei municipal nº 3.855, de 04/09/1990	Cria a Semana da Conservação do Solo.
Lei municipal nº 4.244, de 21/07/1992	Autoriza a Prefeitura a instituir o Concurso "A RUA MAIS VERDE" e dá providências a respeito.
Lei municipal nº 5.227, de 09/06/1998	Cria no Município a Semana do Meio Ambiente, a ser realizada, anualmente, na semana que inclui o dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.
Lei municipal nº 6.783, de 29/03/2005	Dispõe sobre a criação da "Semana e Dia da Água de São José dos Campos".
Lei municipal nº 7.436, de 06/12/2007	Institui e inclui, no Calendário Oficial de Festas e Comemorações do Município, o DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA, a ser comemorado, anualmente, no dia 05 de junho, Dia do Meio Ambiente.
Lei municipal nº 8.200, de 17/09/2010	Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de São José dos Campos, o "Dia Municipal dos Animais", a ser comemorado anualmente no dia 04 de outubro.
Lei municipal nº 8.064, de 01/03/2010	Cria no Município de São José dos Campos o Programa Mutirão Ambiental nos Bairros.
Lei municipal nº 8.390, de 24/05/2011	Institui o Programa de Educação e Gestão Ambiental e dá outras providências.

#### **Educação ambiental**

Lei municipal nº 6.690, de 21/10/2004	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei municipal nº 7.112, de 06/07/2006	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei municipal nº 7.789, de 16/01/2009	Autoriza o Poder Executivo a implantar a disciplina de Educação Ambiental na grade curricular das escolas do Município.

#### **Recursos naturais, proteção ambiental, controle da poluição e outros**

Lei municipal nº 3.975, de 11/06/1991 (Revogada pela Lei Municipal nº 4.552, de 13.04.1994)	Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São José dos Campos e dá outras providências.
Lei municipal nº 4.636, de 26/10/1994	Estabelece normas para evitar a poluição do Rio Paraíba e demais cursos d'água do Município.
Lei municipal nº 1.759, de 06/11/1975	Dispõe sobre os sistemas de despejo de resíduos de qualquer natureza, nas bacias hídricas.
Lei municipal nº 6.127, de 02/07/2002	Altera a redação da Lei nº 4.404, de 23 de junho de 1993, que dispõe sobre a disposição de resíduos sólidos industriais no Município, e dá outras providências a respeito.
Lei municipal nº 7.217, de 08/12/2006	Autoriza o Poder Executivo a criar normas e procedimentos para serviço de coleta e disposição final de pilhas, baterias, lâmpadas de mercúrio e similares nos comércios e vias públicas do Município.
Lei municipal nº 7.146, de 31/07/2006	Institui o Plano Integrado de Gerenciamento e o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, de acordo com o previsto na Resolução do CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, e dá outras providências.
Lei municipal nº 7.791, de 16/01/2009	Fica proibida a disposição de resíduos sólidos nos corpos d'água do Município e dá providências correlatas.

Lei complementar nº 456, de 16/12/2011	Institui o cadastro de grandes geradores de resíduos sólidos no Município, e dá outras providências.
Lei municipal nº 8.399, de 07/06/2011	Disciplina o descarte, o recolhimento e a destinação de medicamentos vencidos como proteção ao meio ambiente e a saúde pública do Município de São José dos Campos.
Lei municipal nº 8.707, de 29/05/2012	Altera a Lei nº 7.146, de 31 de julho de 2006, que "Institui o Plano Integrado de Gerenciamento e o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, de acordo com o previsto na Resolução do CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, e dá outras providências".
Lei municipal nº 8.696, de 14/05/2012	Cria o Sistema de Controle de Resíduos da Construção Civil.
Lei municipal nº 7.785, de 16/01/2009	Autoriza a Prefeitura Municipal a instalar novas estações de monitoramento da qualidade do ar no Município de São José dos Campos.
Lei municipal nº 8.656, de 23/03/2012	Dispõe sobre a proibição da perturbação do sossego público e regulamenta o volume e a frequência dos sons produzidos por buzinas e equipamentos utilizados em veículos nas vias públicas, estabelecendo metodologia para medição e os procedimentos administrativos a serem adotados pela autoridade de trânsito ou seus agentes no Município de São José dos Campos.
Lei municipal nº 8.940, de 16/05/2013	Dispõe sobre ruídos urbanos e proteção do bem-estar e do sossego público no âmbito do município de São José Dos Campos.
Lei municipal nº 7.361, de 10/07/2007	Dispõe sobre a proibição de queimadas no Município, estabelece penalidades e dá outras providências.

---